



PROCESSO Nº 11/2016
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2016
TIPO: MENOR PREÇO

O Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, mediante a Pregoeira Edna Muniz dos Santos Reis e sua equipe de apoio, designado pela Portaria nº 1.259/2015, anexa ao processo, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2016, do tipo menor preço UNITÁRIO, através do site www.cidadecompras.com.br em conformidade com as disposições da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 565/2005, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, as condições a seguir estabelecidas.

1 - LOCAL, DATA E HORA

- 1.1.** A sessão pública será realizada no site www.cidadecompras.com.br, no **dia 08 de março de 2016, com início às 14:00 horas**, horário de Brasília - DF.
- 1.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até às **13:45 horas** do mesmo dia (horário de Brasília-DF).
- 1.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na **aquisição de 01 (um) Caminhão Baú, decorrente do Contrato de Repasse nº 816423/2015 / Ministério do Desenvolvimento Agrário / Caixa**, conforme especificações constantes no anexo I – Termo de referência, parte integrante deste edital.

3 - PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.cidadecompras.com.br.
- 3.2.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.3.** A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.
- 3.4.** Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.
- 3.5.** Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.



4 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.cidadecompras.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santo Antônio da Patrulha, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ON-LINE

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total do item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

5.2. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá no momento do envio da proposta deverão clicar na declaração específica indicando o seu enquadramento como **empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa.**

5.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas na listagem de equipamentos constante no ANEXO I – Termo de Referência serão desconsideradas.

5.6. Na proposta deverá contar obrigatoriamente:

5.6.1. Preço unitário e total para o item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

5.6.2. Marca e as especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante às exigências editalícias;

5.6.3- Consignar garantia mínima de 12 (doze) meses, ou 50.000 km rodados para o caminhão, contados da emissão da nota fiscal.

5.6.4- Declaração de local, endereço e telefone da assistência técnica localizada dentro do estado do Rio Grande do Sul, bem como, que todos os encargos e custos com deslocamento para manutenção no período da garantia será por conta da empresa contratada.

5.6.5. Inclusão de todas as despesas que influam no preço, tais como: despesas com transporte, seguro, frete, tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria), emolumentos, obrigações



sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e com todos os ônus diretos;

5.6.6- Para fins de cálculo de proposta, informamos que o veículo deverá ser transportado até o local da entrega por outro veículo, de modo que, o mesmo não tenha sua quilometragem rodada.

5.6.7. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

5.7. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá no momento do envio pelo Correio, da proposta atualizada, **apresentar documento que comprove o seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, através de documento emitido pela JUNTA COMERCIAL, ou declaração firmada por seu representante legal, sob penas da lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, ambas com prazo de emissão inferior a 60 (SESSENTA) DIAS.**

5.8 Poderão ser admitidos, pela pregoeira, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.8. Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente consultado pela Administração, assim concordar.

6 - ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

A Pregoeira, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta.

7 - FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada pela Pregoeira a seu critério. Após o que transcorrerá período de tempo de até 20 (vinte) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.7. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício, somente, após a comunicação expressa aos participantes.



7.8. Após o fechamento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.9. Após comunicado da Pregoeira via chat, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no item “9”, no prazo máximo de até 24 horas, sob pena de inabilitação, através do e-mail licitacoes@pmsap.com.br, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada e demais documentos solicitados no ANEXO I - Termo de Referência, no prazo de até 03 (três) dias úteis.

7.9.1. A critério da pregoeira, esse prazo poderá ser prorrogado.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta e documentação, a Pregoeira anunciará o licitante vencedor.

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;**
- b) Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do § único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91;**
- c) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual;**
- d) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento do licitante;**
- e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);**
- f) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.**
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual.**
- i) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**
- j) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**



9.2- Os documentos deverão estar em nome do licitante, com o número do CPNJ e endereço respectivo, observando o seguinte:

9.2.1- Se o licitante for matriz da empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.2.2- Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros que poderão estar em nome da matriz;

9.2.3- Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade expirado, exceto os casos previstos nas Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

9.3- Os documentos exigidos para habilitação, bem como, a proposta de preços vencedora ajustada ao lance de cada item, deverão, obrigatoriamente, serem encaminhados a Pregoeira, ao final da Sessão Pública, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, através do e-mail “licitacoes@pmsap.com.br”.

9.4 - A empresa vencedora do certame, deverá enviar os documentos acima descritos através dos originais ou cópias devidamente autenticadas em cartório, no prazo de até 03(três) dias úteis após a Sessão, para o Departamento de Compras e Licitações, sito Av. Borges de Medeiros, 456, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95 500 000, bem como, anexar os documentos conforme segue:

9.4.1 - Proposta financeira atualizada, contendo o valor final do melhor lance.

9.4.2 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

10.1.1. Caberá a pregoeira decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo o licitante manifestar **motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela Pregoeira.

11.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pela Pregoeira, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Pregoeira.

13 - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1- Entregar o bem, objeto deste contrato, nas condições e local estabelecidos neste instrumento, e em consonância com a proposta de preço apresentada.

13.2- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE**, no prazo de 3 (três) dias.

13.4- Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

13.5- Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do bem, ou que possa comprometer a sua qualidade.

13.6- Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**.

13.7- Efetuar a troca do bem, objeto deste contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.

13.8- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

13.9- Obedecer à cronologia da entrega do objeto, atendendo as solicitações da **CONTRATANTE**.

13.10-Atender as determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**.

13.11-Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

13.12- Dar garantia dos bens, objetos do contrato, por no mínimo 12(doze) meses.

13.13- **Possuir assistência técnica localizada dentro do estado do Rio Grande do Sul.**

13.14- Responsabilizar-se por todos os encargos/custos com deslocamento e manutenção, no período da garantia.



14 – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

14.1. O pagamento conforme o determinado neste instrumento.

14.2. Efetuar a fiscalização deste contrato e da entrega do bem, o que será recebido e aceito, após sumária inspeção realizada pelo fiscal do contrato o servidor Alex Sandro Freiburger Portal.

15 - DA ENTREGA

15.1 – A entrega se dará de forma única, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho, diretamente na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, Av. Borges de Medeiros, nº.456, Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95 500 000, no horário das 12h30min. Às 18h30min., aos cuidados do fiscal do contrato, o qual terá 24 (vinte e quatro) horas úteis para conferência e aceitação final dos maquinários.

15.2 - Serão considerados os seguintes requisitos na entrega dos bens para fins de aceitação dos mesmos:

- a) Condições dos maquinários;
- b) Se os mesmos estão conforme exigido no edital licitatório.

16 – DAS PENALIDADES

16.1. Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento do edital pela FORNECEDORA, a COMPRADORA poderá decidir pela aplicação das seguintes penalidades.

a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para a entrega): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

c) executar o exigido no edital com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

d) executar o exigido no edital com atraso injustificado, até o limite de 05 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato; desde o primeiro dia de atraso.

e) inexecução parcial: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

f) inexecução total: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

g)causar prejuízo resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição o até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada por prazo não superior a dois anos;

h)Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos;



16.2- as penalidades da CONTRATADA serão registradas no cadastro de Fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações;

16.3- nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta a CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência na entrega;

16.4- da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do item “16.1” do edital, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação;

16.5- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17 - RESCISÃO

A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão por conta dos créditos abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL

FUNÇÃO: 20 – AGRICULTURA

SUB-FUNÇÃO: 606– EXTENSÃO RURAL

PROGRAMA: 0118 – Desenvolvimento da Extensão Rural

PROJETO: 1171– Contrato repasse nº 816423/145 Ministério do Desenvolvimento Agrário

DESPESA: 4.4.9.0.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (651)

RUBRICA: 44905248000000 – VEÍCULOS DIVERSOS

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL

FUNÇÃO: 20 – AGRICULTURA

SUB-FUNÇÃO: 606– EXTENSÃO RURAL

PROGRAMA: 0118 – Desenvolvimento da Extensão Rural

PROJETO: 2108– Manutenção do FADESAP

DESPESA: 4.4.9.0.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (666)

RUBRICA: 44905248000000 – VEÍCULOS DIVERSOS

19 - PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceitação do bem, mediante a apresentação dos respectivos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar descrito o que foi entregue, e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal, o número da Licitação e o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

19.2. Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.



19.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado a Pregoeira Oficial, auxiliada pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, tudo da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

20.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Pregoeira Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Santo Antônio da Patrulha, estado do Rio Grande do Sul, situada na Av. Borges de Medeiros, 456, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95 500-000, telefones (51) 36628416.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que decidirá com base na legislação em vigor.

20.5. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

20.6. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

20.7. O Município de Santo Antônio da Patrulha se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

20.8- Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

21.9. Integram este Edital:

ANEXO I- Termo de Referência;

ANEXO II- Minuta do Contrato.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 10 de fevereiro de 2016.

Edna Muniz dos Santos Reis
Pregoeira



PROCESSO Nº 11/2016
PREGÃO ELETRONICO N.º 004/2016
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

A presente licitação tem por objetivo aquisição de 01 (um) **Caminhão Baú ano e modelo mínimo 2015, decorrente do Contrato de Repasse 816423/2015 / Ministério do Desenvolvimento Agrário / Caixa / Caixa**, decorrente do Contrato de Repasse nº 805780/2014 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Caixa, com as seguintes especificações:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
01	01	UN	VEÍCULO CAMINHÃO 4X2, ZERO KM, ANO/MODELO mínimo 2015/2015, com as seguintes especificações: Caminhão 4x2, cor branca, ano/modelo mínimo 2015/2015, direção hidráulica, ar condicionado, motor 04 cilindros, potência mínima 150cv, mínimo 05 marchas a frente e uma a ré; rodas em aço mínimo 17,5x6 polegadas, pneus radiais mínimo 215/75R17.5, tanque de combustível capacidade mínima de 120 litros, Freio a ar, tambor, freio de estacionamento; freio motor; peso bruto total mínimo de 8.150 kg; distância entre eixos mínimo de 3.700MM, comprimento total mínimo de 6.040MM, largura mínima 2.040MM, bitola: eixo dianteiro mínimo de 1.710 e eixo traseiro mínimo de 1.650, balanço: dianteiro mínimo de 1.105 MM e traseiro mínimo de 1.284MM; Equipado com Baú comprimento 4.500MM, altura 2.450MM, com porta lateral e traseira. Baú; Com equipamentos obrigatórios: tacógrafo, cinto de segurança, extintor de incêndio, tapetes emborrachados, chave de roda, triângulo, estepe, macaco; Garantia de no mínimo 01(um) ano ou 50.000km, manual de instruções em português, possuir assistência técnica através de equipe especializada, dentro do estado do Rio Grande do Sul. Emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

1.1 OBSERVAÇÕES DO OBJETO:

- a) **O veículo no momento da entrega deverá estar licenciado e emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha;**
- b) A empresa deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses, ou 50.000 km rodados, contados da data de emissão da nota fiscal;
- b) Prestar assistência técnica através de equipe especializada, pelo período da garantia dentro do estado do Rio Grande do Sul, sendo de responsabilidade da contratada todos os encargos/custos com deslocamento e manutenção, no período da garantia.



- c) A empresa vencedora deverá entregar juntamente com os maquinários manual de instruções em português.
- d) O veículo deverá ser transportado até o local da entrega por outro veículo, de modo que, o mesmo não tenha sua quilometragem rodada.

2 - JUSTIFICATIVA

O PNAE Programa Nacional da Alimentação Escolar conta atualmente com um grupo de aproximadamente 40 agricultores familiares que atendem 28 escolas da rede pública municipal e 23 escolas da rede pública estadual. Um dos grandes gargalos é a logística e entrega destes produtos. Na rede municipal, parte dos produtos são entregues no depósito da Prefeitura Municipal que é quem realiza a distribuição para as escolas municipais, com o mesmo veículo que transporta os alunos. No entanto alguns produtos que são perecíveis necessitam serem entregues com uma maior frequência e agilidade, tendo os agricultores que realizarem esta entrega diretamente nas escolas.

A logística desta entrega para os agricultores se torna inviável, pois são 12 escolas de Educação Infantil e 16 escolas de Ensino Fundamental numa área territorial de 1.049 Km².¹

Para os produtos da rede estadual os agricultores entregam seus produtos na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo necessário que as diretoras das 23 escolas venham fazer a retirada destes produtos, pois economicamente seria inviável que cada agricultor faça a entrega em cada uma das escolas.

O volume de produtos e os valores comercializados pelos agricultores familiares através do PNAE para as redes estadual e municipal é bastante importante, onde no ano de 2013, contabilizando os negócios nas duas redes, somaram o montante de R\$ 303.002,20 (Trezentos e três mil, dois reais e vinte centavos). No ano de 2014, o percentual da participação das compras da agricultura familiar da rede pública municipal atingiu o índice de 58,4 % das compras, quase o dobro do mínimo exigido pela legislação do PNAE que é de 30%.

Para discutir e procurar alternativas aos desafios e problemáticas, foi criado o comitê municipal que gerencia as compras da agricultura familiar para o PNAE a nível municipal. Fazem parte deste comitê gestor EMATER, Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Furg. Dentre as discussões deste Comitê está apontada a necessidade de aquisição de um caminhão baú para atender as demandas de logística destes produtos.

No ano de 2014 a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha aderiu ao PAA- Programa Aquisição de Alimentos onde demandará um volume ainda maior de produtos.

Haverá um aumento significativo nos valores, que ajudarão a viabilizar a agricultura familiar e consequentemente um aquecimento da economia local.

Desta forma a aquisição deste caminhão baú, dará uma melhor condição de atender as demandas e gargalos encontradas na execução do PNAE e principalmente nas que estão sendo propostas também no PAA.

O caminhão é necessário, pois fará a coleta nas propriedades rurais, e a entrega dos alimentos nas 52 escolas públicas estaduais e municipais de Santo Antônio da Patrulha.

3 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1- O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência até 31 de dezembro de 2016.

3.2 - A fiscalização do contrato e da entrega dos equipamentos será feita pelo servidor Alex Sandro Freiburger Portal.



4– ENTREGA: PRAZOS E CONDIÇÕES

4.1 - Local de entrega: A entrega se dará de forma única, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho, diretamente na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, Av. Borges de Medeiros, n°.456, Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95 500 000, no horário das 12h30min. Às 18h30min., aos cuidados dos fiscais do contrato, os quais terão 24 (vinte e quatro) horas úteis para conferência e aceitação final do veículo.

4.2- O caminhão estará sujeito a devolução caso não atenda as especificações exigidas neste edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do bem.

5 – PAGAMENTO:

5.1- O pagamento será efetuado, em 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos bens, mediante a apresentação dos documentos de cobrança, (boleto) em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deverá estar discriminado tudo o que foi entregue, e deverá ainda constar na Nota Fiscal, o número da Licitação e o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

5.2- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

5.3- O pagamento somente será realizado após liberação realizada pelo fiscal do contrato.

5.4 Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

5.5 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

Santo Antônio da Patrulha, 10 de janeiro de 2016.

Edna Muniz dos Santos Reis
Pregoeira



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

MINUTA CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º _____/2016.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BIER**, brasileiro, Divorciado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 268.954.710-49, portador da R.G n.º 1011032032, residente e domiciliado na Av. Borges de Medeiros, n.º 704, Bairro Cidade Alta, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, por seu representante legal Sr.(a) _____, __ (nacionalidade)__, __ (estado civil)__, __ (profissão)__, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, portador da C.I. n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato denominado de **CONTRATADA**, em conformidade com o que dispõe o Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2016**, a Lei n.º 10.520/2002, o Decreto Municipal n.º 565/2005 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de **01 (um) Caminhão Baú**, decorrente do Contrato de Repasse n.º 816423/2015 Ministério do Desenvolvimento Agrário/Caixa, Processo n.º 2619.1022865-60/2015, de acordo com as especificações constantes no anexo I – Termo de Referência, parte integrante no edital licitatório, Termo Pedido de Compras n.º 2015/4860 e memorando n.º 004/2016 da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - **SEMAM**.

ITEM	QT	UN	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM
01	01	Un	Veículo caminhão 4x2, zero Km, Ano/Modelo mínimo 2015/2015, cor branca, direção hidráulica, ar condicionado, motor 04 cilindros, potência mínima 150cv, mínimo 05 marchas a frente e uma a ré; rodas em aço mínimo 17,5x6 polegadas, pneus radiais mínimo 215/75R17.5, tanque de combustível capacidade mínima de 120 litros, freio a ar, tambor, freio de estacionamento; freio motor; peso bruto total mínimo de 8.150 kg; distância entre eixos mínimo de 3.700MM, comprimento total mínimo de 6.040MM, largura mínima 2.040MM, bitola: eixo dianteiro mínimo de 1.710 e eixo traseiro mínimo de 1.650, balanço: dianteiro mínimo de 1.105MM e traseiro mínimo de 1.284MM; Equipado com Baú comprimento 4.500MM, altura 2.450MM, com porta lateral e traseira. Baú; com equipamentos obrigatórios: tacógrafo, cinto de segurança, extintor de incêndio, tapetes emborrachados, chave de roda, triângulo, estepe, macaco; Garantia de no mínimo 01 (um) ano ou 50.000km, manual de instruções em português, possuir assistência técnica através de equipe especializada, dentro do estado do Rio Grande do Sul. Emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

OBSERVAÇÕES DO OBJETO:

- a) A **CONTRATADA** deverá fornecer garantia de no mínimo 12 (doze) meses, ou 50.000 Km rodados, contados da data de emissão da nota fiscal.
- b) Prestar assistência técnica através de equipe especializada, pelo período da garantia a um raio máximo de 120 km da sede do Contratante, sendo de responsabilidade da contratada todos os encargos/custos com deslocamento e manutenção, no período da garantia.
- c) A **CONTRATADA** deverá entregar juntamente com a máquina o manual de instruções em português.

JUSTIFICATIVA

O PNAE Programa Nacional da Alimentação Escolar conta atualmente com um grupo de aproximadamente 40 agricultores familiares que atendem 28 escolas da rede pública municipal e 23 escolas da rede pública estadual. Um dos grandes gargalos é a logística e entrega destes produtos. Na rede municipal, partes dos produtos são entregues no depósito da Prefeitura Municipal que é quem realiza a distribuição para as escolas municipais, com o mesmo veículo que transporta os alunos. No entanto alguns produtos que são perecíveis necessitam serem entregues com uma maior frequência e agilidade, tendo os agricultores que realizarem esta entrega diretamente nas escolas.

A logística desta entrega para os agricultores se torna inviável, pois são 12 escolas de Educação Infantil e 16 escolas de Ensino Fundamental numa área territorial de 1.049 Km².¹

Para os produtos da rede estadual os agricultores entregam seus produtos na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo necessário que as diretoras das 23 escolas venham fazer a retirada destes produtos, pois economicamente seria inviável que cada agricultor faça a entrega em cada uma das escolas.

O volume de produtos e os valores comercializados pelos agricultores familiares através do PNAE para as redes estadual e municipal é bastante importante, onde no ano de 2013, contabilizando os negócios nas duas redes, somaram o montante de R\$ 303.002,20 (Trezentos e três mil, dois reais e vinte centavos). No ano de 2014, o percentual da participação das compras da agricultura familiar da rede pública municipal atingiu o índice de 58,4 % das compras, quase o dobro do mínimo exigido pela legislação do PNAE que é de 30%.

Para discutir e procurar alternativas aos desafios e problemáticas, foi criado o comitê municipal que gerencia as compras da agricultura familiar para o PNAE a nível municipal. Fazem parte deste comitê gestor EMATER, Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Furg. Dentre as discussões deste Comitê está apontada a necessidade de aquisição de um caminhão baú para atender as demandas de logística destes produtos.

No ano de 2014 a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha aderiu ao PAA- Programa Aquisição de Alimentos onde demandará um volume ainda maior de produtos.

Haverá um aumento significativo nos valores, que ajudarão a viabilizar a agricultura familiar e conseqüentemente um aquecimento da economia local.

Desta forma a aquisição deste caminhão baú, dará uma melhor condição de atender as demandas e gargalos encontrados na execução do PNAE e principalmente nas que estão sendo propostas também no PAA.

O caminhão é necessário, pois fará a coleta nas propriedades rurais, e a entrega dos alimentos nas 52 escolas públicas estaduais e municipais de Santo Antônio da Patrulha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO: O valor total contratual corresponde a **R\$**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

- (_____).
- a) O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos bens, mediante a apresentação dos respectivos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar descrito o que foi entregue.
- b) Deverá conter na Nota Fiscal o Número da Licitação “**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2016**” e o número da Nota de Empenho Prévio, emitida por esta Prefeitura.
- c) Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros e 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.
- d) O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.
- e) Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma correspondente a Tributos ou outros de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 08– SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL
FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA
SUB-FUNÇÃO: 606 – EXTENSÃO RURAL
PROGRAMA: 0118 – Desenvolvimento da Extensão Rural
PROJETO: 1171 – Contr. Repasse nº.816423/145 – Ministério do Desenvolvimento Agrário
DESPESA: 4.4.9.0.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (**651**)
RUBRICA: 44905248000000 – VEÍCULOS DIVERSOS

ÓRGÃO: 08– SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO RURAL
FUNÇÃO: 20 - AGRICULTURA
SUB-FUNÇÃO: 606 – EXTENSÃO RURAL
PROGRAMA: 0118 – Desenvolvimento da Extensão Rural
PROJETO: 2108 – manutenção do FADESAP
DESPESA: 4.4.9.0.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (**666**)
RUBRICA: 44905248000000 – VEÍCULOS DIVERSOS

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - É de responsabilidade da CONTRATADA:

5.1) Cumprir o objeto contratual, de acordo com a necessidade do Município, condições, prazo e local estabelecidos no respectivo edital licitatório e no presente instrumento.

5.2) Deverá ser efetuada a entrega do mesmo, em até 30(trinta) dias úteis, após a emissão da nota fiscal diretamente no pátio do Parque Rodoviário da Prefeitura Municipal, sito, na Rua Senador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

Alberto Pasqualini, s/nº., aos cuidados do fiscal do contrato, **ALEX SANDRO FREIBERGER PORTAL**

5.3) Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

5.4) Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento dos materiais.

5.5) Prestar informações exatas e não criar embaraços à fiscalização.

5.6) Atender as determinações da fiscalização.

5.7) Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, à terceiros, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;

5.8) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, conforme inciso XIII, art. 55 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

6.1) O pagamento do objeto licitado em conformidade com o estabelecido na Cláusula Segunda, deste instrumento.

6.2) A fiscalização do contrato, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual, o que será feito pelo servidor, **Sr. ALEX SANDRO FREIBERGER PORTAL**, designado pelo Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;

6.3) Os respectivos materiais serão recebidos e aceitos, mediante fiscalização do servidor retro citado, e estará sujeita a devolução, caso não atendam as especificações exigidas no edital, caso em que a **CONTRATADA**, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata dos mesmos, sem qualquer tipo de ônus à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES: Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades.

a) Deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

c) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

d) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 20 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

e) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

f) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

g) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

h) as penalidades da **CONTRATADA** serão registradas no cadastro de fornecedores arquivados no departamento de compras e licitações;

i) Nenhum pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

j) Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” “f g e l”, do item sétima, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

k) a defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

l) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos;

CLÁUSULA OITAVA –: DA FISCALIZAÇÃO, PRAZO E CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:

a) Local de entrega: A entrega se dará de forma única, em até 30 (trinta) dias após a o recebimento da nota de empenho, diretamente na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, Av. Borges de Medeiros, nº 456, Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP. 95.500-000, no horário das 12h30min., aos cuidados do fiscal do contrato, o qual terá 24 (vinte e quatro) horas úteis para conferência e aceitação final dos veículos pelo fiscal do contrato, aos servidor **ALEX SANDRO FREIBERGER PORTAL**.

b) O caminhão estará sujeito a devolução caso não atendam as especificações exigidas neste contrato, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do(s) produto(s).

CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL: A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - Aplica-se ao presente contrato, a Lei n.º 10.520/2002, o Decreto Municipal n.º 565/2005 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato está vinculado ao processo licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 04/2016**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As partes contratantes elegem o Foro da comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha - RS, ____ de _____ de 2016.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

PAULO ROBERTO BIER
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA.

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Responsável pela fiscalização:

ALEX SANDRO FREIBERGER PORTAL
CPF: